



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Política de Educação

### A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DIANTE DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO

MAYLA STELLA DO NASCIMENTO FERREIRA <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo almeja apresentar algumas reflexões acerca da Política de Educação e da Assistência Estudantil no contexto de pandemia da COVID-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na teoria social crítica. Evidencia-se que a crise sanitária que assola o país encontra momento oportuno para se desenvolver na atualidade brasileira, escancarando as desigualdades sociais tão bem conhecidas em nossa sociedade, agravando as expressões da questão social, incidindo na educação e na assistência estudantil. Assim, diante deste contexto, é imprescindível que defendamos a ampliação da assistência estudantil e da educação universal, laica e de qualidade, compreendida enquanto direito social de todos/as.

**Palavras-chave:** Política de Educação; Assistência Estudantil; COVID-19; Questão Social.

#### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

---

This article aims to present some reflections on the Education Policy and Student Assistance in the context of the COVID-19 pandemic. This is a bibliographic research, based on critical social theory. It is evident that the health crisis that plagues the country finds an opportune moment to develop in the Brazilian present, opening up the social inequalities so well known in our society, aggravating the expressions of the social question, focusing on education and student assistance. Thus, in this context, it is essential that we defend the expansion of student assistance and universal, secular and quality education, understood as a social right for all.

**Keywords:** Education Politics; Student Assistance; COVID-19; Social Question.

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história do Brasil, constatamos marcas da exploração e intensificação das desigualdades sociais, que na cena contemporânea, se agudizam diante do cenário conservador que assola nosso país. Soma-se ainda que, há pouco mais de dois anos o mundo tem enfrentado uma crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 (Coronavirus Disease-19), doença infecciosa causada pelo coronavírus, que possui alto potencial de transmissibilidade e exigiu a reorganização da sociedade diante desta ameaça latente. Inicialmente, devido ao desconhecimento sobre este vírus, o mundo vivenciou um verdadeiro “estado de guerra”.

Ao chegar ao Brasil, o cenário é catastrófico. Desde os cortes efetivados pela Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, temos observado o desfinanciamento das

políticas sociais. No contexto atual, a pandemia se depara com o Sistema Único de Saúde (SUS) em processo de intenso desmonte e a Política de Educação com investimentos cada vez menores, o que impacta diretamente no desenvolvimento de pesquisas para conhecer e aprimorar o enfrentamento à pandemia, com medidas eficazes para combatê-la. Atrelada a essa realidade, o governo federal negligenciou as medidas de contenção e segurança relacionadas ao coronavírus, indo na contramão das orientações dos órgãos nacionais e internacionais da saúde, bem como naturalizou as perdas provocadas pela pandemia.

Neste contexto caótico, de intensificação e agudização das expressões da questão social, observamos seus impactos severos direcionados aos/as trabalhadores/as que se encontram na informalidade, com vínculos precários, sem a cobertura necessária dos direitos provenientes do trabalho. A classe que vive do trabalho é a que mais tem sofrido com esta pandemia. Inicialmente, com o *lockdown* (confinamento), medidas de quarentena foram adotadas na tentativa de limitar a disseminação da doença, que acontecia de forma avassaladora. Assim, foi imposto o isolamento social, obrigando as pessoas a pararem de trabalhar para não morrer, interferindo diretamente nas garantias para sua subsistência e de suas famílias.

Tal realidade incide ainda na Política de Educação, que diante da COVID-19, necessitou readequar suas práticas, na tentativa de conter a disseminação do vírus em seus espaços. Os Programas de Assistência Estudantil, também têm sofrido os impactos desta realidade e necessitou redefinir suas ações neste contexto adverso de pandemia para tentar garantir a permanência na educação.

Assim, partindo-se da análise das transformações recentemente ocorridas no cenário brasileiro, faz-se necessário defender a efetivação da assistência estudantil enquanto direito e da educação pública, universal, laica e de qualidade, sendo estratégico o debate aqui realizado.

## **A PANDEMIA DA COVID-19 E O AGRAVAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA**

Há pouco mais de dois anos o mundo foi surpreendido pela pandemia da COVID-19 (Coronavirus Disease-19), doença infecciosa ocasionada pelo vírus de SARS-CoV-2 (OMS, 2020). Esta doença se disseminou de forma avassaladora e exigiu a reorganização da vida em todas as suas esferas.

Sua chegada ao Brasil em 2020 encontra um cenário catastrófico, que vem sendo desenhado desde 2016, com a Emenda Constitucional nº 95/2016, emitida no governo do golpe, que resultou na mudança da presidência da república, com Michael Temer à frente do poder. Em seu governo, de 2016 a 2018, Temer coloca em prática uma agenda que intensifica cortes e desmontes às políticas sociais, tendo como marco a aprovação do Novo Regime Fiscal, através da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela por 20 anos os gastos direcionados às políticas sociais. Conforme Borges e Matos (2020, p. 72 e 73),

O golpe parlamentar-midiático, que permitiu a ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades.

O neoliberalismo, com sua tríade de privatização, focalização e descentralização (DRAIBE, 1993), direciona às políticas sociais a ações cada vez mais restritas, requisitando um Estado mínimo para a reprodução da força de trabalho, mas máximo para a garantia do capital.

Seguindo aos ditames do neoliberalismo, desde 2017, ano em que começa a vigorar esta Emenda, as políticas sociais imprescindíveis para manutenção da classe trabalhadora, vêm sofrendo com a intensificação dos ataques. A exemplo, as Políticas de Saúde e de Educação, essenciais ao enfrentamento da pandemia, têm sentido o desfinanciamento progressivo. Com a retomada da direita ao poder, desencadeia-se o retorno de uma onda conservadora no país, que interfere nas eleições de 2018 e culmina na aprovação de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República. Conforme Demier (2020, p. 93),

O plano do capital, como se sabe, era lavar o golpe pelas urnas, posto que o projeto econômico dos golpistas deveria ser continuado em 2019, mas a partir de então por meio de algum representante orgânico e tradicional da burguesia, o qual, diferentemente de Temer, teria a legitimidade popular que as urnas costumam conferir ao vencedor do pleito.

Sua chegada ao poder anuncia um dos períodos mais críticos na história brasileira, com a intensificação da barbarização do capitalismo. A pandemia chega ao Brasil neste cenário de desmontes das políticas sociais, em que o Sistema Único de Saúde (SUS) também vem sendo submetido, e, mesmo diante desta realidade adversa, consegue garantir que vidas sejam salvas.

É importante destacar neste momento que os discursos negacionistas relacionados à pandemia e de ódio proferidos pela presidência da república, contribuíram para que a população também desacreditasse no poder avassalador desta doença. A falta de interesse em efetivar medidas de prevenção à doença e o não investimento para aquisição e produção de vacinas foram fatores determinantes para o número gigantesco de mortes no Brasil, sendo 683.851 até o dia 30 de agosto de 2022 (BRASIL, 2022). É urgente frisar e defender a importância de medidas em prol da vida, negligenciada neste (des) governo defensor dos interesses do capital. Conforme aponta Demier (2020, p. 99),

E entre a vida e a morte não há meio termo, salvo o de uma vida vegetativa, uma vida morrida, uma morte em vida. Se você hoje está do lado da vida, saiba que está entre aqueles cujo objetivo principal, a própria vida, só poderá ser alcançado numa luta de vida e morte contra a nossa mortífera burguesia.

Indo na contramão de medidas necessárias à defesa da vida, vem sendo efetivada a retirada de investimentos na educação, promovida pela diminuição dos gastos nos setores públicos, atrelada à desacreditação desta política, que influenciou negativamente na produção de vacinas, essenciais para combater este vírus.

A crise sanitária que assola o país encontra solo fértil para reproduzir-se no Brasil, que tem intensificado o conservadorismo, escancarando as mazelas e evidenciando as desigualdades sociais tão bem conhecidas em nossa sociedade, agravando as expressões da questão social, que atrelada à crise do capital, vem deixando marcas severas em nossa história. Segundo Leite (2020, p. 02),

A pandemia de SARS-Cov-2 possui a capacidade de explicitar, visibilizar e elucidar as profundas desigualdades e fragilidades das sociedades capitalistas, ou seja, ela é capaz de exacerbar a capacidade destrutiva e insustentável do modo de produção capitalista e suas profundas desigualdades, fundadas em classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e demais marcadores sociais da diferença.

Apreender de forma crítica o significado da questão social, é fundamental

para enfrentar suas expressões latentes na cena contemporânea. É preciso ter clareza que não há o combate direto à questão social. Conforme aponta Santos (2008, p. 27),

[...] a “questão social” em si, a partir dessa acepção, não existe na realidade, e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva, intelectual – e não como categoria. [...] o que tem existência real não é a “questão social” e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista.

Percebe-se, observando a nova dinâmica estabelecida, o aumento das desigualdades sociais em nosso país, com acumulação de riquezas por uma minoria e ampliação do desemprego e da pobreza, intensificadas pelo foco direcionado à economia.

Conforme é sabido, as políticas sociais no contexto do neoliberalismo seguem à risca as propostas do capitalismo contemporâneo. Desde a implementação desta agenda, com início na década de 1990, no Brasil, temos cedido às imposições ditadas pelo grande capital, expressos a partir do atendimento às exigências do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Intensificado pela onda conservadora, a partir de 2016 o neoliberalismo assume uma nova roupagem, mais intensa e perversa, conhecida como ultraneoliberalismo, enfatizada a partir da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Conforme Cislighi (2020, n.p.),

No Brasil, esses setores sociais retomam a centralidade do racismo e do patriarcado da nossa formação histórica. [...] Essa reatualização do fascismo e de preconceitos históricos tem sua direção assumida por setores da burguesia donos dos meios de produção midiáticos e de comunicação e manifestam-se em correntes de *whatsapp*, *fakenews*, teorias da conspiração e instituições religiosas que se tornam a ideologia hegemônica do ultraneoliberalismo.

No contexto de pandemia da COVID-19, essa realidade se agrava e se intensifica, tornando peculiar o momento presente, conforme apontam Borges e Matos (2020, p. 74),

Algumas características são peculiares ao momento atual do capitalismo em sua crise estrutural de longa duração, como o aumento do poder do capital sobre o trabalho, a reestruturação produtiva com expulsão de força de trabalho, com conseqüente aumento do desemprego e da exploração; do ponto de vista dos interesses do capital, as medidas de contenção da crise têm sido por redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. Em síntese, o governo atual só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro.

Fica claro que no cenário atual de intensificação de desmontes, a classe trabalhadora tem sido mais afetada e sofrido diretamente com os cortes, bem como com as consequências da COVID-19. É notória que a seletividade traz sua clara marca de exclusão, passando a ser característica presente nas políticas sociais em tempos de neoliberalismo. Segundo Carcanholo (2010, p. 09),

Os impactos desse processo para a classe trabalhadora são óbvios. Em primeiro lugar, ela sofrerá todos os impactos da ofensiva do capital na tentativa de elevar a taxa de mais-valia, o que já é sinalizado pelo aprofundamento das reformas neoliberais em previdência e nos campos trabalhista e sindical. Em segundo lugar, todo o ajuste das contas públicas - vociferado pelo pensamento conservador como única forma de sanear a atual fase da crise do capitalismo - significará a redução das escassas políticas públicas ainda praticadas, arrocho salarial e das condições trabalhistas no setor público, pressão por novas privatizações, redução de gastos e investimentos públicos, que, no limite, significam recessão e, portanto, desemprego, etc.

Diante desta tragédia promovida pela pandemia da COVID-19, conforme apontado, a classe trabalhadora é quem tem sentido diretamente seus impactos, tendo em vista que a precarização do trabalho tem se agudizado. Amaral (2021, p. 64-65) afirma que,

Nesse contexto de informalização e precariedade do trabalho, agregado à pandemia, o capitalismo mostrou aos trabalhadores a sua resposta ao enfrentamento ao desemprego: tornar o informal um estado permanente. O trabalho subordinado a plataformas digitais, organizado na esfera dos serviços e das novas necessidades dos consumidores em tempos de isolamento social, ganha força, adesão e visibilidade, transformando-se em uma modalidade estruturada pelas inovações tecnológicas e marcada por uma precariedade vital dos sujeitos que estão encurralados na teia dos algoritmos que agora os organizam.

Diante deste contexto de caos, algumas medidas de enfrentamento à pandemia precisaram ser tomadas para minimizar as expressões da questão social, intensificadas na cena contemporânea. Assim, o governo federal instituiu o auxílio emergencial, constituindo-se enquanto aporte financeiro às famílias que tiveram sua renda afetada pela pandemia. Inicialmente, a proposta da presidência da república constituía em fornecer suporte de R\$ 200,00 (duzentos) reais. Entretanto, considerando-se este valor insuficiente para manutenção das necessidades, o Congresso Nacional ampliou para R\$ 600,00 (seiscentos) reais. As famílias chefiadas por mulheres poderiam receber R\$ 1200,00 (mil e duzentos) reais.

Uma outra ação nesta pandemia foi a Medida Provisória nº 927/2020, direcionada ao trabalho formal e dispõe sobre as medidas trabalhistas para

enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Entretanto, segundo Ramos (2020, p. 11),

As medidas de “proteção ao emprego” que foram promovidas pelo Estado contribuem para a flexibilização das relações de trabalho, através da redução de jornada e dos salários e da suspensão de contratos de trabalho, dando a licença aos patrões dos setores econômicos mais atingidos para realizar demissões em massa, aprofundando assim, para uma parcela dos trabalhadores as reformas trabalhistas anteriores. Enquanto, as políticas de transferência de renda aos trabalhadores informais são ineficazes para assegurar a sua sobrevivência e de seus familiares, deixando de recompor a renda anterior.

Dentre as medidas, no que concerne à Política de Educação, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Portaria nº 343/2020, em março de 2020, que normatizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do coronavírus.

Tal medida se fez necessária na tentativa de conter a disseminação desta doença e promover a segurança nos espaços da Política de Educação. Na Educação Superior, seus impactos ficaram evidentes, pois a mudança abrupta da realidade, bem como a saída emergencial das instituições e a adequação ao ensino remoto, tem se configurado como um desafio na atualidade, que intensificados pelos cortes nos recursos, influenciam negativamente a todos/as que compõem a educação, sendo seu enfrentamento um desafio à Assistência Estudantil, conforme discutiremos adiante.

## **DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 À EDUCAÇÃO E À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Conforme analisamos acima, a crise do capital tem se intensificado na cena contemporânea. A partir da década de 1990, o Banco Mundial (BM) expande sua intervenção nas políticas sociais, atingindo também a Política de Educação. Conforme Ivashita; et. al. (2009, p. 9359), dentre os objetivos do BM, pode-se



observar:

a racionalização da eficiência da educação, na qual a avaliação, diversificação, autonomia universitária, flexibilização, descentralização e privatização. A influência das agências de financiamento internacionais no que se refere às medidas empregadas ao ensino superior tem focado a diminuição dos gastos dos setores públicos com as instituições federais.

Ao ensino superior tem-se intensificado os cortes de gastos. A autonomia universitária, um dos objetivos (alvos) expostos acima, vem sendo constantemente ameaçada. É importante frisar que as Universidades Públicas são instituições autárquicas que possuem autonomia, seja do âmbito administrativo, do ensino e da pesquisa ou de sua gestão, conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, essa autonomia vem sendo constantemente ameaçada, sendo alvo de ataques dos governos desde então, com agravamento na conjuntura atual.

Seguindo esses ditames e redução dos investimentos nas políticas sociais, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 demarca com maior voracidade o período de desfinanciamento da Educação, projeto que o atual (des) governo de extrema direita, continua intensificando através de desmontes e cortes nas políticas sociais. Esta Emenda tem provocado impactos profundos na educação superior pública.

Com isso, as universidades tiveram de efetivar demissões em massa de terceirizados, em detrimento da manutenção, e estagnar ou mesmo reduzir as políticas e ações de assistência estudantil, inclusive no contexto de pandemia em que tais políticas são mais necessárias do que nunca, visto a devastação dos empregos e das condições de vida da maioria do povo, assolado pela pobreza e pela fome, o que alcança as famílias de centenas de milhares de estudantes universitários brasileiros (LEHER, 2021, n.p).

Essas imposições do capital alijam cotidianamente a política de educação, que tem enfrentado diversos cortes em seu orçamento, impactando diretamente na tríade inseparável do ensino, pesquisa e extensão. É apontado por Campos e Caetano (2019, p. 04 e 05) que,

Os cortes e os contingenciamentos orçamentários e financeiros têm influenciado a qualidade do ensino, suspenso obras, paralisado a manutenção dos prédios e reduzido serviços de segurança e vigilância. No Brasil, o fator crise financeira e a priorização de gastos públicos em detrimentos de outros são utilizados recorrentemente como justificativa para a diminuição de recursos para as universidades públicas.

Percebe-se que os cortes no orçamento das políticas sociais, atingem diretamente a Política de Educação. A diminuição dos gastos com os setores

públicos apontados na área social, que tem ocorrido nos últimos anos, influencia diretamente na permanência dos/as discentes na Universidade. Com o objetivo de democratizar a permanência e minimizar os efeitos das desigualdades foi regulamentado em 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através do Decreto nº 7234/2010, vigente até os dias atuais. Além dos objetivos apontados, o Programa almeja ainda reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Este Programa é destinado prioritariamente aos/às estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, objetivando alcançar as condições de permanência. O PNAES possui áreas de ações amplas, que contemplam moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Identificamos que o PNAES traz uma perspectiva ampliada para o atendimento das necessidades dos/as estudantes beneficiários/as, configurando-se o alcance de todas essas áreas um desafio para as Universidades na atual conjuntura, tendo em vista a fragmentação imposta pelo neoliberalismo às políticas sociais, o que afeta tanto na cobertura aos/às estudantes, quanto em contemplar todas as áreas de ação, remetendo a meritocracia e seletividade, tão presentes nas políticas sociais brasileiras, resultado do desinvestimento nas políticas, acentuado na cena contemporânea. Segundo o Andes (2022, n.p),

O estrangulamento orçamentário imposto por Bolsonaro terá repercussão no cotidiano das Ifes, como nos Restaurantes Universitários, nas políticas de acesso e permanências, na manutenção, nos pagamentos de despesas essenciais como água, luz, contratação de serviços de limpeza e segurança, terceirizados em quase todas as instituições, o que pode impedir o funcionamento de muitas universidades.

Conforme Kowalski (2012, p. 158), tendo em vista os limites em torno dos recursos financeiros, os programas são “reduzidos a ações pontuais como, alimentação, moradia estudantil e outras bolsas”, sendo sua expansão um desafio. Dessa forma, A Assistência Estudantil não pode ser vista como única possibilidade para assegurar a permanência dos/as estudantes, conforme aponta Rissi (2018, p. 13).

A política de assistência estudantil sofre os impactos da fragilidade e sucateamento das demais políticas setoriais, porém, não pode ser a única alternativa para garantir a permanência dos alunos às unidades de ensino. O processo de "bolsificação", através da prioridade em ações de transferência de renda para as famílias que comprovem estarem em situação de "vulnerabilidade" socioeconômica, não podem ser encaradas como a única estratégia de "sobrevivência" das famílias e alunos.

Entretanto, a universalização da Política de Educação e de Assistência Estudantil se depara com a perversidade do Estado Neoliberal, que conforme observamos em Sousa Júnior (2020, n.p),

Indubitavelmente, essa ideologia política tem nos mostrado o quanto os seus objetivos são incapazes de pensar e propor a educação num sentido horizontal, democrático, plural, que possa assegurar ao educando uma educação que pense para além de uma visão propedêutica de mundo, afinal, o neoliberalismo é em si, uma política da seletividade, da exclusão e da dominação.

No contexto atual de crise sanitária, esses desafios se intensificam. Conforme apresentamos acima, a pandemia da COVID-19 impactou a vida social em todas as suas esferas, intensificando as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade, agudizando as expressões da questão social. Com a realidade adversa colocada à Política de Educação, os dispositivos necessitaram modificar suas práticas para continuar ofertando-a de forma qualificada, ainda que de forma remota.

Entretanto, mesmo antes deste caos sanitário, esta Política, tão imprescindível no combate à pandemia, já vinha sendo atacada no atual (des) governo. Com a pandemia da COVID-19, esses limites à educação e à assistência estudantil se intensificaram. Diante da doença, as universidades precisaram ser esvaziadas, aqueles/as assistidos pelo PNAES foram abruptamente impactados com a saída das residências universitárias, tendo em vista o retorno urgente ao núcleo familiar. Na Universidade os/as estudantes possuíam condições mínimas para garantir a permanência, como: acesso a moradia, ao restaurante universitário, meios de transporte, acesso às bibliotecas, à computadores, *wi-fi*, dentre outras. Ao retornar para suas residências, alguns discentes se depararam com a privação desses meios, além da dificuldade de local adequado para desenvolvimento da aprendizagem na modalidade de ensino remoto.

Diante da emergência em que se configurou a COVID-19, com o cenário de ensino remoto, algumas medidas precisaram ser tomadas pelas instituições de ensino na tentativa de garantir a permanência dos/as estudantes em condições

econômicas mais vulneráveis, como a oferta de auxílios em pecúnia e equipamentos. Conforme aponta Souza (2021, p. 9),

Nesse contexto, a oferta de auxílios e equipamentos para inclusão digital dos mais vulneráveis pôde minimizar as dificuldades de acesso à educação, mas não se pode garantir que, de fato, foi assegurado o direito do acesso à educação para todos, já que as expressões das questões sociais vivenciadas por esses estudantes vão muito além do que se preconizado em normas e instrumentos institucionais.

Constata-se que as expressões da questão social na educação ultrapassam “os muros” da assistência estudantil, impactando o acesso e a permanência dos/as estudantes. De acordo com Sousa e Dias (2020, p. 393)

As expressões da questão social, no âmbito educacional, se manifestam de diversas formas: desconhecimento dos próprios direitos; dificuldade de acesso às políticas públicas e/ou benefícios sociais, faltas injustificadas, evasão, elevados níveis de reprovações, dificuldade de permanência por questões econômicas, renda per capita insuficiente para suprir necessidades básicas, problemas de saúde, violência doméstica, conflitos familiares, bullying, uso de substâncias psicoativas, transtornos mentais, assim como situações de risco e vulnerabilidade sociais extremas que transcorrem o espaço educacional.

Percebe-se que diversas são as formas que interferem no processo de ensino dos/das estudantes, o que requisita maior investimento nessas áreas. Diante deste contexto adverso provocado pela pandemia, cortes orçamentários e um (des) governo que desacredita na educação e nas universidades, evidenciamos a importância de efetivar a política educacional, na perspectiva da universalidade, garantindo seu acesso e permanência a todos/as, na contramão dos ditames perversos do capitalismo, expandindo também à assistência estudantil, que deve ultrapassar a lógica cruel da seletividade, que a dita na atualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidencia-se que diversos desafios foram intensificados pela pandemia da COVID-19, que provocou uma crise sanitária num contexto perverso provocado pela crise do capital na cena contemporânea. Ao chegar ao Brasil, a pandemia encontra o Sistema Único de Saúde (SUS) em processo de sucateamento, mas que consegue garantir, ainda que diante do caos, que vidas sejam salvas.

No que concerne à Política de Educação, os cortes têm se acentuado e repercutido nas ações do Programa de Assistência Estudantil, que se inclina à liberação de bolsas e auxílios, tendo em vista que a universalização da Política de Educação e a Assistência Estudantil se depara com a perversidade do Estado Neoliberal.

Diante desta realidade, abordar tais temáticas na atual conjuntura é urgente, tendo em vista os cortes e contingenciamentos que essa política e este programa vêm enfrentando. É imprescindível que defendamos uma educação universal, laica e de qualidade, compreendida enquanto direito social de todos/as.

Entretanto, neste ensaio, não é possível afirmar o quanto este período pandêmico interferiu na permanência dos/as estudantes, sendo necessário aprofundar este estudo para dimensionar seu impacto. Assim, esta produção configura-se como incipiente, precisando avançar em mais estudos para identificar e mensurar suas implicações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. Ângela Santana do. **As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da COVID-19.** In: Revista em Pauta. V. 19 N. 48. Pp 57-69. Rio de Janeiro: UERJ/FSS. 2o. Sem. 2021.

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **“Abaixo os cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia!”, conclama diretoria do ANDES-SN.** 2022. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/abaixo-os-cortes-na-educacao-e-na-ciencia-e-tecnologia-conclama-diretoria-do-aNDES-sN1>>. Acesso em: 31 de jul. de 2022.

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro de. **AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade.** Em: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. (orgs)

POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO. Minas Gerais: Navegando, 2020. (pp. 71 a 87).

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Coronavírus/Brasil. **Painel coronavírus.** 2022. Disponível em: <<https://COVID.saude.gov.br/>>. Acesso em 31 de ago. 2022.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva. **A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias.** Rev. Bras. Educ. 24, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dPL5HgZytP3T8vYZMv5tHLp/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora.** In Aurora, Revista PGPGS, Marília, V. 3, n. 2, 2010, p. 01-10. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos.** 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>>. Acesso em: 28 de jul. de 2022.

DEMIER, Felipe. **BURGUESIA E PANDEMIA: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro.** Em: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de; FREIRE, S. de M. (orgs) POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO. Minas Gerais: Navegando, 2020. (pp. 89 – 101).

DRAIBE, Sônia Maria. **As políticas sociais e o neoliberalismo.** Revista USP, n. 17. São Paulo: Ed. Da USP, 1993.

IVASHITA, Simone Burioli; et.al. **O Ensino Superior na perspectiva do Banco Mundial: algumas considerações.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/2865\\_2156.pdf](https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/2865_2156.pdf)>. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos / Aline Viero Kowalski.** – Porto Alegre, 2012. 179. Tese de Doutorado. Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

LEHER, Roberto. **O orçamento das universidades federais e a perigosa combinação de neoliberalismo e neofascismo**. Esquerda online, 2021. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2021/06/29/roberto-leher-o-orcamento-das-universidades-federais-e-a-perigosa-combinacao-de-neoliberalismo-e-neofascismo/#:~:text=Os%20cortes%20decorrem%20da%20incompreens%C3%A3o,argumenta%C3%A7%C3%A3o%20na%20exemplifica%C3%A7%C3%A3o%20das%20grandes>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

LEITE, Kelen Christina. **A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho**. Psicologia & sociedade, 32,Dossie. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/5kJx53cdZNmRDWfrmNW76cD/?lang=pt>>. Acesso em 02 de mar. de 2022.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2020, 22 de abril). **INFOSAN Quarterly Summary, 2020 #1**. [Online]. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/23-04-2020-infosan-quarterly-summary-2020-1>>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

RAMOS, V. R. G. **Pandemia do coronavírus e a classe trabalhadora brasileira em xeque mate**. Revista Estudos libertários. UFRJ, V. 2, N. 4, Ed. Especial, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34514>>. Acesso em: 06 de mar. de 2022.

RISSI, Rita de Cássia Cristino Marcos. **Das Ações Assistenciais à Política de Assistência Estudantil: A Permanência Estudantil na Rede Federal de Ensino Brasileira: Um Estudo De Caso Do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Edição v. 16 n. 1: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/28592>>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro** / Josiane Soares Santos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 217f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008.

SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues de. **A fragilidade e o oportunismo do neoliberalismo: a Educação Pública resiste**. Esquerda on-line, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/04/22/a-fragilidade-e-o-oportunismo-do-neoliberalismo-a-educacao-publica-resiste/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2022.

SOUSA, Rafaela Santiago; DIAS, Leyllane Dharc Carvalho dos Santos. **Assistência Estudantil em Tempos de Pandemia: Novos (velhos) desafios às Assistentes**

**Sociais da Universidade Federal do Piauí-UFPI.** 2020. Disponível em: <[https://ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Servi%C3%A7o\\_Social\\_em\\_tempos\\_de\\_pandemia\\_provoca%C3%A7%C3%B5es\\_ao\\_debate\\_120200922104910.pdf#page=386](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Servi%C3%A7o_Social_em_tempos_de_pandemia_provoca%C3%A7%C3%B5es_ao_debate_120200922104910.pdf#page=386)>. Acesso em 22 de abr. 2022.

SOUZA, Máisa Dias Brandão. **OS DESAFIOS DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA: Uma análise sobre a assistência estudantil no Instituto Federal da Bahia – IFBA.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 8, p. 1-14, maio, 2021. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9559/9368>>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.